

**Ata n.º 58/XIII/1.ª SL**

Aos vinte dias do mês de dezembro de 2016, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

**Ordem do Dia:**

**1ª Parte**

- 1. Audição do Senhor Embaixador de Portugal na Tunísia, José Frederico Ludovice – 14h30**
- 2. Audição do Senhor Embaixador de Portugal no Uruguai, Nuno Bello – 16h00**

**2ª Parte**

- 1. Informações gerais**
- 2. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 24/XIII/2ª -**  
Aprova o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão do Montenegro, assinado em Bruxelas, em 19 de maio de 2016.
- 3. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 25/XIII/2ª**  
Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre os Rendimentos, assinada em Nova Iorque, em 27 de setembro de 2015.
- 4. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 29/XIII/2ª**  
Aprova o Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Portuguesa e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Lisboa, em 27 de julho de 2015.
- 5. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 32/XIII/2ª**  
Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e

os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Cazaquistão, por outro, assinado em Astana em 21 de dezembro de 2015.

**6. Apreciação e votação do Relatório Final da Petição n.º 85/XIII/1ª** da iniciativa de Pedro Brinca - Queixa sobre procedimentos do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

**7. Análise e votação do Plano de Atividades da Comissão para a 2ª Sessão Legislativa**

**8. Outros assuntos.**

---

## Parte 1

Aberta a reunião, o **Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Alberto Gonçalves**, que dirigiu a mesma, deu as boas vindas a todos os Deputados presentes, dando início à audição Senhores Embaixadores, conforme o previsto.

### Ponto 1.

Em seguida, o Senhor Vice-Presidente agradeceu a presença e deu a palavra ao **Senhor Embaixador de Portugal em Tunes – Tunísia, José Frederico Ludovice**, tendo previamente explicado a metodologia da audição.

O **Senhor Embaixador** agradeceu o convite para a audição e, em intervenção inicial focada no relacionamento bilateral de Portugal e a Tunísia fez uma avaliação da situação política, económica e securitária.

Começou por dizer que a Tunísia tem um governo de unidade nacional, com sete partidos e que o mesmo é de iniciativa presidencial, em resposta à queda do anterior governo em julho de 2006, rejeitado no Parlamento. O atual governo tunisino pretende dar uma resposta unitária a vários problemas: luta contra o terrorismo; combate á corrupção; desemprego; controlo orçamental.

Sublinhou o facto de o atual Primeiro-ministro ser o mais novo na História da Tunísia. Referiu ainda que este foi designado pelo Presidente da República (PR) e que existe

uma proximidade política entre os dois. Bem como ter o PR um papel importante nos bastidores da política interna do país.

Salientou ainda a presença de oito mulheres no atual Governo.

Teceu de seguida algumas considerações sobre o papel desempenhado pelos partidos Nidaa Tounes (de centro-esquerda e liberal) no novo desenho político e pelo Movimento Ennahda (Movimento de Tendência Islâmica), que tentou introduzir a sharia na Tunísia, o que provocou uma resistência civil.

Sintetizou a recente história política desde o presidente Habib Bourguiba, passando depois pelo presidente Ben Ali e as modificações sociais e religiosas.

Depois referiu um acontecimento recente e importante para as relações bilaterais, a Conferência de Apoio e Investimento à Economia, que decorreu a 29 e 30 de novembro de 2016 e que contou com a presença da Sra. Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros, Teresa Ribeiro.

Falou também no Programa de Desenvolvimento da Tunísia 2016-2020; na aprovação do Orçamento de Estado para 2017 (com o apoio da UGTT), do clima de paz social (apesar do acordo com o FMI e o congelamento dos salários).

Em termos de relações económicas bilaterais Portugal não está mal posicionado; há 400 empresas portuguesas a exportar para a Tunísia e é o oitavo exportador, entre 28. Houve um aumento de 50% no volume de exportações relativamente a 2015.

Salientou de seguida a situação relativa à existência de uma “Instância da Justiça, da Verdade e da Dignidade” que cobre o período que vai de 1996 a 2013; em que se irão ouvir várias testemunhas e haverá vários processos, que tem como objetivo reconciliar as várias partes. O ex-Presidente Ben Ali reconheceu alguns exageros do seu regime com a justificação de que se pretendia conter a ameaça islâmica.

Referiu o argumento dos ‘*foreign fighters*’ tunisinos nas fileiras do Estado Islâmico.

Na questão da segurança interna ressaltou a melhoria das condições de segurança após os atentados de Sousse e ao Hotel Bardo; que há uma cooperação bilateral com os Estados Unidos, a França e a Argélia. E recordou a demissão há poucos dias do Diretor Nacional de Segurança.

Em seguida, numa primeira ronda, usaram da palavra os Senhores **Deputados Paulo Neves (PSD)**, **Gabriela Canavilhas (PS)**, **Carla Cruz (PCP)** e **Domicilia Costa (BE)**, tendo todos cumprimentado e desejado sucesso ao Senhor Embaixador no novo posto, salientado as qualidades que evidenciou ao longo da sua carreira, e suscitado diversas questões, designadamente sobre as relações comerciais com a Tunísia

(como melhorá-las, que oportunidades para as empresas portuguesas e em que áreas), a questão religiosa (sendo um país de maioria islâmica, como reage a sociedade ao fundamentalismo e se há uma reação da mesma que não chega ao nosso conhecimento), a crise social e económica (a Tunísia recebeu muitos refugiados líbios, e sendo o senhor embaixador, embaixador não residente na Líbia, como avalia as relações entre Portugal e a Líbia).

O **Senhor Embaixador** agradeceu as palavras de incentivo e respondeu, após cada intervenção dos senhores deputados, detalhadamente às questões suscitadas, dando conta das maiores preocupações e objetivos nos vários domínios de cooperação abordados; ressaltando as boas relações e o estatuto privilegiado de Portugal perante a Tunísia, o facto de a Tunísia estar a tentar seguir um modelo moderado e condenando os atentados terroristas e a incógnita do futuro da Líbia, apesar da boa novidade que foi a libertação de Sirte.

Numa segunda ronda, usaram da palavra a **Senhora Deputada Vanda Guimarães (PS)** e o **Senhor Deputado José Cesário (PSD)**, que para além dos cumprimentos e desejos de sucesso ao Senhor Embaixador no novo posto, salientando as qualidades que evidenciou ao longo da sua carreira, o questionaram sobre o modelo constitucional tunisino (influenciado pelo sistema português), o peso político e social do poder local e a situação da comunidade portuguesa na Tunísia.

O **Senhor Embaixador** agradeceu as palavras de incentivo e respondeu, em conjunto, às questões suscitadas, dando conta das maiores preocupações e objetivos, nomeadamente a necessidade de reforço do poder local e o cumprimento dos preceitos constitucionais no âmbito dos direitos e igualdades entre homem e mulher.

O Senhor **Vice-Presidente** agradeceu a disponibilidade e a intervenção e os esclarecimentos do Senhor Embaixador e acompanhou-o à porta da sala de reuniões para dele se despedir e ir receber o segundo convidado.

## **Ponto 2.**

Em seguida, o Senhor Vice-Presidente agradeceu a presença e deu a palavra ao **Senhor Embaixador de Portugal em Montevidéu – Uruguai, Nuno Bello**, a quem explicou a metodologia adotada para a audição.

O **Senhor Embaixador** agradeceu o convite para a audição e, em intervenção inicial focada no relacionamento bilateral de Portugal e o Uruguai, resumiu previamente a sua carreira diplomática.

Começou por dizer que já há quatro anos que Portugal não tinha Embaixada em Montevideu e ressaltou os contactos diplomáticos estabelecidos desde setembro de 2016 no âmbito da candidatura de António Guterres a secretário-geral da ONU, já que o Uruguai tem lugar no Conselho de Segurança.

Disse ter encontrado uma Embaixada a funcionar muito bem e que a leitora do Instituto Camões tem promovido uma boa programação cultural.

Referiu a situação dos recursos humanos da Embaixada e o seu receio de que a seção consular possa ter que vira a encerrar por falta de pessoal administrativo.

Na sua opinião o Uruguai é um país pequeno, mas convicto da sua história e com vitalidade democrática. Tem um Presidente da República socialista, um governo composto por uma frente ampla de partidos de esquerda e assume uma liderança “moral” na região.

A nível económico está muito dependente das suas exportações, tendo relações bilaterais privilegiadas com o Brasil e a Argentina. Tem mantido um crescimento económico na ordem de 1%, estando a tentar autonomizar-se da dependência que tem com os seus dois vizinhos. Nesse âmbito o facto de pertencer ao Mercosul impede-o de celebrar um acordo bilateral com a China.

Realçou a relação histórica do Uruguai com Portugal, tendo assinalado o facto de a Colónia de Sacramento ter sido construída pelos portugueses. No domínio das relações bilaterais, salientou a recente presença da Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fernanda Rollo, no âmbito de um projeto de mapeamento subaquático.

Relativamente às trocas comerciais entre os dois países disse já ter falado com as cinco/seis maiores empresas portuguesas sedeadas no Uruguai e referiu que muitos empresários portugueses quando vão ao Brasil ou Argentina frequentemente se deslocam a Montevideu.

Disse ainda ser o Uruguai um país mais organizado que os seus vizinhos da região do corno sul, existindo uma pequena comunidade portuguesa, com cerca de 2000 pessoas inscritas na embaixada, apesar de muitos deles terem pouca ligação a Portugal; contudo a mesma tem pessoas influentes em Montevideu.

Em seguida, numa primeira ronda, usaram da palavra os Senhores **Deputados José Cesário (PSD), Paulo Pisco (PS) e Carla Cruz (PCP)**, tendo todos cumprimentado e desejado sucesso ao Senhor Embaixador no novo posto, salientado as qualidades que evidenciou ao longo da sua carreira, e suscitado diversas questões, designadamente sobre as condições objetivas para o alargamento da presença empresarial portuguesa no país, em que medida a crise económica no Brasil poderá afetar a economia uruguaia; as perspetivas no domínio da Língua (há um dialeto de origem portuguesa na fronteira com o Brasil), se houve um aumento da presença de empresas portuguesas (papel da Câmara de Comércio do Atlântico Sul); situação dos recursos humanos (se a funcionária é necessária, porque não lhe foi renovado o contrato).

O **Senhor Embaixador** agradeceu as palavras de incentivo e respondeu, após cada intervenção dos senhores deputados, detalhadamente às questões suscitadas, dando conta das maiores preocupações e objetivos nos vários domínios de cooperação abordados; ressaltando as boas relações de Portugal com o Uruguai, os contactos já estabelecidos com a Câmara de Comércio e o AICEP para saber quais os importadores portugueses, a cooperação entre o Instituto Camões e a Agência Cultural do Uruguai, a visão pragmática do presidente Tabarez, o facto de o Uruguai na última cimeira da CPLP ter tido o estatuto de observador e que já sensibilizou a tutela (MNE e Finanças) para o problema dos recursos humanos.

Numa segunda ronda, usaram da palavra os Senhores **Deputados José Cesário (PSD) e Paulo Pisco (PS)**, que para além dos cumprimentos e desejos de sucesso ao Senhor Embaixador no novo posto, salientado as qualidades que evidenciou ao longo da sua carreira, o questionaram sobre situação atual do Mercosul, as oportunidades das empresas portuguesas na agro indústria, e se o volume de procura na seção consular exige um reforço de recursos humanos.

O **Senhor Embaixador** agradeceu as palavras de incentivo e respondeu, em conjunto, às questões suscitadas, dando conta das maiores preocupações e objetivos, nomeadamente sobre o numero de funcionários da Embaixada e a situação previsível face à procura do consulado, e no plano das relações comerciais evidenciou o facto de o Mercosul estar parado, a postura de diálogo do Uruguai e a tentativa por parte da União Europeia de acelerar o acordo EU/Mercosul.

O Senhor **Vice-Presidente** agradeceu a disponibilidade e a intervenção e os esclarecimentos do Senhor Embaixador e acompanhou-o à porta da sala de reuniões para dele se despedir, informando os senhores deputados de que se faria uma pequena pausa antes do recomeço dos trabalhos.

## **Parte 2**

Reiniciados os trabalhos, o **Senhor Vice-Presidente** informou que a segunda parte da reunião iria começar com a informação disponível relativa à próxima reunião da Comissão.

### **Ponto 1.**

O **Senhor Vice-Presidente** deu conta da programação da próxima reunião que contempla a audição de dois Embaixadores, a saber, João Maria Cabral, Representante Permanente junto do Conselho da Europa, e Jorge Cabral, Embaixador em Brasília – Brasil.

Usaram da palavra os **Senhores Deputados José Cesário (PSD), Paulo Pisco (PS), Pedro Filipe Soares (BE) e Carla Cruz (PCP)** dizendo que o dia não era o mais indicado devido ao regresso da pausa de Natal e Ano Novo, até porque alguns deputados regressariam a Lisboa no próprio dia de manhã ou durante o horário da reunião.

O **Senhor Vice-Presidente** referiu que os serviços de apoio à Comissão tinham feito diligências, mas que do MNE responderam o dia 4 de janeiro coincidia com o início do Seminário Diplomático, pelo que teria de se manter a data de dia 3.

Dado o interesse da audição dos senhores embaixadores concordou-se que se deveria aproveitar a presença dos mesmos em Lisboa e que os Deputados fariam o esforço possível para estarem presentes.

### **Ponto 2.**

A **Sra. Deputada Isabel Santos (PS)** apresentou o parecer da Proposta de Resolução n.º 24/XIII/2ª - Aprova o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão do Montenegro, assinado em Bruxelas, em 19 de maio de 2016.

Disse sufragar e acolher o Parecer da Comissão de Defesa Nacional. Na sua opinião esta adesão não é isenta de contestação, pois além da adesão à NATO, o Montenegro

pretende aderir à União Europeia e tal facto não é muito bem aceite pela Rússia; reação essa que poderá ainda ser reforçada com a previsível adesão da Macedónia e da Bósnia Herzegovina.

Acerca desta matéria intervieram os seguintes Senhores **Deputados Pedro Filipe Soares (BE)** que felicitou a Deputada relatora pelas observações pertinentes, referiu o novo perfil estratégico da NATO e os conflitos em aberto; e **Carla Cruz (PCP)** que afastou o apoio político à NATO e ressaltou que o sentido de voto favorável do PCP era relativo ao conteúdo do parecer.

Posta à votação, o Parecer foi aprovado por maioria dos votos, com voto contra do BE, tendo-se registado a ausência do CDS/PP.

### **Ponto 3.**

A Sra. **Deputada Domicília Costa (BE)** apresentou o parecer da Proposta de Resolução n.º 25/XIII/2ª Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre os Rendimentos, assinada em Nova Iorque, em 27 de setembro de 2015.

Acerca desta matéria interveio o **Deputado Paulo Pisco (PS)** que felicitou a Deputada relatora pelo parecer e teceu considerações sobre a aprovação desta convenção que evita a dupla tributação, colocando Andorra a par de outros países em termos de transparência na troca de informações fiscais.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do CDS/PP.

### **Ponto 4.**

O Sr. **Deputado Pedro Alves (PSD)** apresentou o parecer da Proposta de Resolução n.º 29/XIII/2ª Aprova o Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Portuguesa e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Lisboa, em 27 de julho de 2015.



Em seu entender com este acordo pretende-se desenvolver as relações económicas entre os dois países e o mesmo permitirá melhorar o fluxo de pessoas entre os mesmos.

Acerca desta matéria interveio o **Deputado Paulo Pisco (PS)** que felicitou o Deputado relator pelo parecer.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do CDS/PP.

#### **Ponto 5.**

A Sra. **Deputada Carla Cruz (PCP)** apresentou o parecer da Proposta de Resolução n.º 32/XIII/2ª Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Cazaquistão, por outro, assinado em Astana em 21 de dezembro de 2015.

Começou por referir que a CNECP pediu pareceres a todas as comissões e que apenas recebeu três respostas que integrou no seu relatório.

Salientou o facto de o Cazaquistão ser um parceiro essencial da EU na Ásia Central.

Referiu ainda que se tratava de um acordo extensíssimo com mais de 7000 páginas, abarcando diferentes áreas.

Acerca desta matéria interveio o **Deputado Paulo Pisco (PS)** que felicitou a Deputada relatora pelo parecer e se demarcou de algumas considerações constantes da opinião da relatora.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do CDS/PP.

#### **Ponto 6.**

A Sra. **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)** apresentou o parecer do Relatório Final da Petição n.º 85/XIII/1ª da iniciativa de Pedro Brinca - Queixa sobre procedimentos do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Começou por referir que ao iniciar o relatório numa primeira impressão pensou que seria para arquivar ou indeferir a petição, mas que lendo bem se deu conta da validade em apreciar a mesma.

Apresentou de seguida, de forma sucinta, a factualidade inerente ao Relatório elaborado, tendo explicado, ainda, a motivação do seu Parecer.

Acerca desta matéria intervieram os seguintes **Deputados**:

**José Cesário (PSD)**, que referiu que numa visita que efetuou a Timor foi confrontado com este caso e se deu conta do que provocou a nível de dano da imagem de Portugal nesse país. Admite que o cidadão possa ter razão, mas que o sucedido afetou a imagem de Portugal.

Sugeriu que se perguntasse ao Governo, em nome da Comissão, o que sabe e tem a dizer sobre esta situação, antes de fechar o processo da petição.

**Carla Cruz (PCP)** que começou por felicitar a Deputada relatora pelo parecer. Disse depois que antes da entrada da petição, o Grupo Parlamentar (GP) do PCP fora contactado pelo peticionante. O PCP fez uma pergunta ao MNE sobre a questão. A resposta obtida não difere muito da que foi fornecida pelo Instituto Camões (IC).

**Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, tendo referido que, em seu entender, a audição do Instituto Camões lhe parecia não ser suficiente e que seria aconselhável ouvir o Embaixador português em Timor e eventualmente o MNE, se bem que o Ministério tenha respondido ao GP do PCP; mas seria importante que o MNE desse a sua versão atualizada. Que não se podia basear a decisão do parecer ouvindo apenas o peticionante. Entendeu ser necessário dar lugar ao princípio do contraditório que assiste ao Governo. No caso de a resposta ser evasiva até se poderia reforçar no relatório a posição do peticionante.

**Pedro Filipe Soares (BE)** que referiu ser esta uma situação difícil de gerir dentro dos *timings* parlamentares. Que não se tratava de uma comissão de inquérito. Que havia aspetos diferentes que se levantavam. Que a informação de que os Deputados dispunham colocaria até em dúvida a atitude do peticionante.

Disse ainda que havia aspetos políticos para além do caso concreto: há ou não acompanhamento e críticas aos projetos no terreno; que tipo de fiscalização é feita para validar a resposta do IC; como são as relações entre o MNE e o IC?

Relativamente à petição entendeu que se poderia fazer a pergunta ao governo, mas que não se poderia ir muito além do que já se dispunha.

Ressalvou ser importante e necessário saber se a relatora estaria disposta a reabrir o processo da petição, ou não.

Por fim, disse que a queixa por falta de acesso à informação é, no seu entender, a base do pedido/exposição do peticionante. E que não parecia ao BE que houvesse problemas contratuais; e nem via que o MNE, o embaixador em Timor, ou o IC pudessem responder muito mais.

De seguida o Sr. Vice-Presidente deu a palavra à Sra. Deputada **Gabriela Canavilhas (PS)** que começou por referir que a intervenção do Sr. Deputado Pedro Filipe Soares tinha sido muito avisada e que não podia deixar de colher pertinência nas observações do GP do PSD. Contudo, não via como é que o IC pudesse dar mais informação.

Sublinhou que tinha perguntado ao peticionário o que é que ele pretendia para o futuro, se esta exposição não seria um aspeto mais de âmbito emocional do que um verdadeiro problema profissional.

Entendeu que o mais importante era que a Comissão se assegurasse de que o IC acompanhasse os cooperantes e os projetos no terreno. Que oralmente era esta a sua conclusão, ainda que não a tivesse expresso por escrito.

Informou ainda que atualmente o peticionante se encontra em Timor a trabalhar para a Televisão de Timor.

O **Sr. Vice-Presidente** usou da palavra para questionar os presentes se seria de votar já hoje o Relatório, se se fazia, ou não, a pergunta ao Governo. Consoante a aprovação da sugestão do GP do PSD inquirir-se-ia o Governo, ou não.

A este propósito intervieram os seguintes **Deputados**:

**José Cesário (PSD)**, que insistiu na necessidade de ouvir o Governo, dizendo que o Embaixador não representa o Governo, mas o Estado.

**Gabriela Canavilhas (PS)**, para obstar que o Sr. Deputado José Cesário era à altura dos factos em análise Secretário de Estado; pelo que lhe parecia contraditório que agora se queira ouvir o Governo.

**José Cesário (PSD)**, que repetiu a argumentação. Disse que quem dá explicações é o Governo, não o governante de há dois ou três anos. Pede à Sra. Deputada Gabriela Canavilhas para não confundir as coisas e que seria avisado concordar com o PSD.

O **Sr. Vice-Presidente** colocou a sugestão do PSD a votação, no que foi interrompido pela Sra. Deputada **Gabriela Canavilhas (PS)** que pergunta se a proposta do Sr. Deputado José Cesário é que se coloque a questão ao Governo.

O **Sr. Vice-Presidente** pediu aos Srs. Deputados que se entendessem.

A Sra. Deputada **Carla Cruz (PCP)** disse não compreender a posição de todos os partidos. E que na sua opinião, naquele momento o parecer não era da CNECP, mas da Deputada Relatora.

O **Sr. Vice-Presidente** disse compreender bem a exposição da Sra. Deputada Gabriela Canavilhas e perguntou-lhe se estava disponível a aceitar a sugestão do PSD, ao que a **Deputada Relatora** respondeu que não.

O **Sr. Vice-Presidente** colocou o a **votação** o parecer do Relatório Final da Petição n.º 85/XIII/1ª, **que foi aprovado** com os votos a favor do PS, BE e PCP e a abstenção do PSD, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

Na sequência desta votação, usaram da palavra a Sra. Deputada **Paula Teixeira da Cruz (PSD)** que pediu que se lavrasse um protesto sobre a crítica que a Sra. Deputada Gabriela Canavilhas fez à condução dos trabalhos; e o Sr. Deputado **Paulo Pisco (PS)** que disse não desejar lavar nenhum protesto, mas que não concordava com o modo como se haviam dirigido à sua colega de bancada.

O **Sr. Vice-Presidente** deu por encerrado o incidente, dizendo que, pessoalmente, nunca se dirigiria ao Presidente da CNECP da forma como alguns dos Senhores Deputados o haviam feito na reunião.

**Ponto 7.**

Sobre este Ponto da OD, perguntou o **Sr. Vice-Presidente** perguntou se algum dos presentes pretendia usar da palavra a propósito deste assunto. Não se tendo registado nenhum pedido de palavra, colocou à votação a proposta do Plano de Atividades, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, registando-se a ausência do CDS-PP.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião pelas 18 horas e 15 minutos.

O registo áudio da presente reunião é consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20161220.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20161220.mp3)

Palácio de S. Bento, 20 de dezembro de 2016

**O Vice-Presidente da Comissão,**



**(Carlos alberto Gonçalves)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Carlos Alberto Gonçalves  
Domicilia Costa  
Gabriela Canavilhas  
Isabel Santos  
José Cesário  
Nuno Magalhães  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Ricardo Baptista Leite  
Rui Silva  
Berta Cabral  
Carla Cruz  
Carla Sousa  
Pedro Alves  
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
Carlos Páscoa Gonçalves  
João Oliveira  
Lara Martinho  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Lobo D' Ávila  
Joana Lima  
Porfírio Silva  
Sérgio Sousa Pinto

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 24/01/2017.**